



Trabalho, Educação e Saúde

ISSN: 1678-1007

ISSN: 1981-7746

Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde  
Joaquim Venâncio

Pinto, Jax Nildo Aragão; Porto, Marcelo Firpo Souza  
Condições de vida e promoção emancipatória da saúde no acesso à terra no sudeste paraense  
Trabalho, Educação e Saúde, vol. 18, núm. 3, e00293125, 2020  
Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

DOI: 10.1590/1981-7746-sol00293

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406761158017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto



# Trabalho, Educação e Saúde

## ARTIGO

DOI: 10.1590/1981-7746-sol00293

## Condições de vida e promoção emancipatória da saúde no acesso à terra no sudeste paraense

Living conditions and emancipatory health promotion in access to land in Pará, Brazil

Condiciones de vida y promoción emancipatoria de la salud en el acceso a la tierra en el sureste del estado de Pará, Brasil

Jax Nildo Aragão Pinto<sup>1</sup>      Marcelo Firpo Souza Porto<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo visa discutir as condições de vida e a promoção emancipatória da saúde com base nas evidências descritivas dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra, referências sobre a luta pelo acesso à terra no sudeste paraense, protagonizada por migrantes sem terra e articulada com o movimento camponês. Com isso, problematizou-se: em que medida o acesso à terra promoveu melhorias nas condições de vida dos migrantes sem terra no sudeste paraense? Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com base nos achados expressos em documentos e relatórios da Comissão Pastoral da Terra à luz das teorias pós-coloniais e da saúde coletiva. Apresenta uma discussão crítica sobre o modelo de desenvolvimento capitalista neoextrativista e o moderno sistema-mundo, fabricante de exclusão e subalternização, propondo alternativas epistemológicas e ontológicas, em articulação com as lutas sociais emancipatórias nos campos e nas cidades. Há evidências nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra e nos dados oficiais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária de que o acesso à terra na região analisada alterou as condições de vida e saúde de milhares de sem terra num contexto de elevados conflitos e violência no campo.

**Palavras-chave** condições de vida; promoção emancipatória da saúde; sudeste paraense.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Faculdade de Jornalismo, Rondon do Pará, Brasil.  
jax@unifesspa.edu.br

<sup>2</sup>Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Rio de Janeiro, Brasil.  
mfirpo2@gmail.com

## Abstract

The study aims to discuss living conditions and emancipatory health promotion based on descriptive evidence from the reports of the Pastoral Land Commission, references on the struggle for access to land in southeastern Pará (Northern Brazil), led by landless migrants and articulated with the peasant movement. As a result, the question arose: to what extent did access to land promote improvements in the living conditions of landless migrants in southeastern Pará? It is a qualitative study, based on the findings expressed in documents and reports of the Pastoral Land Commission in the light of post-colonial theories and public health. It presents a critical discussion about the neo-extractive capitalist development model and the modern world-system, manufacturer of exclusion and subordination, proposing epistemological and ontological alternatives, in articulation with the emancipatory social struggles in the fields and in the cities. There is evidence in the reports of the Pastoral Land Commission and in the official data of the Colonization and Agrarian Reform Institute that access to land in the analyzed region has changed the living and health conditions of thousands of landless people in a context of high conflicts and violence in the countryside.

**Keywords** life conditions; emancipatory health promotion; Pará.

## Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir las condiciones de vida y la promoción emancipatoria de la salud con base a las evidencias descriptivas de los informes de la Comisión Pastoral de la Tierra, referencias sobre la lucha por el acceso a la tierra en el sureste de Pará (norte de Brasil), protagonizada por migrantes sin tierra y articulada con el movimiento campesino. Con ello, se problematizó: ¿en qué medida el acceso a la tierra promovió mejorías en las condiciones de vida de los migrantes sin tierra en el sureste de Pará? Se trata de un estudio de naturaleza cualitativa, con base a los hallazgos expresados en documentos e informes de la Comisión Pastoral de la Tierra a la luz de las teorías poscoloniales y de la salud colectiva. Presenta una discusión crítica sobre el modelo de desarrollo capitalista neo extractivista y el moderno sistema-mundo, fabricante de exclusión y subalternización, proponiendo alternativas epistemológicas y ontológicas, articuladas con las luchas sociales emancipatorias en el campo y en las ciudades. Hay evidencias en los informes de la Comisión Pastoral de la Tierra y en los datos oficiales del Instituto de Colonización y Reforma Agraria de que el acceso a la tierra en la región analizada cambió las condiciones de vida y salud de millares de sin tierra en un contexto de elevados conflictos y violencia en el campo.

**Palabras clave** condiciones de vida; promoción emancipatoria de la salud; Pará.

## Introdução

As discussões promovidas na América Latina, especialmente no Brasil, sobre a medicina social e a práxis da saúde coletiva<sup>1</sup> são importantes referências de publicações e debates sobre as categorias condições de vida e promoção emancipatória da saúde. No bojo dessas reflexões que ocorrem durante os anos 1980, os debates sobre a chamada ‘determinação social do processo de saúde-doença’<sup>2</sup> foram abordagens fundamentais para entender as desigualdades na saúde relacionadas à exploração econômica e do trabalho na região, sob o desenvolvimento capitalista periférico (Porto, 2019).

Na parte oriental da Amazônia brasileira, a preocupação com a questão da saúde vem desde o início do século XX, de acordo com o paradigma da moderna saúde pública. A literatura se vincula mais à medicina tropical, aspectos epidemiológicos ou clínicos de doenças endêmicas, trabalhos multidisciplinares de determinada categoria de doenças e estudos de doenças em grupos populacionais específicos, enquanto as análises focalizam a questão do meio ambiente e do desenvolvimento se limitam a abordagens disciplinares, em aspectos ecológicos, biológicos e sociais da região (Confalonieri, 2005; Viana, Freitas e Giatti, 2016).

Neste âmbito, questões relacionadas à saúde coletiva, na perspectiva da compreensão das condições de vida e promoção emancipatória da saúde, considerando categorias como iniquidades, injustiças ambientais, desenvolvimento, conflitualidade e violência, ainda são bem restritas. É importante destacar trabalhos realizados por Sabroza e Leal (1992), Couto (1999), Schütz et al. (2014), Viana, Freitas e Giatti (2016), entre outros. Estes trabalhos têm seu foco em experiências que questionam o modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia e suas consequências no campo da saúde sem, no entanto, problematizar alterações históricas nas condições de vida de dado grupo social camponês<sup>3</sup>, como é o caso deste trabalho.

É importante salientar que a região em questão, o sudeste paraense<sup>4</sup>, é um território estratégico de atuação do capitalismo neoextrativista<sup>5</sup>, que atua no sentido de apropriação e exploração da terra e de seus recursos naturais, subjugando povos tradicionais e camponeses. Esse processo de subalternização carrega no seu bojo a ‘colonialidade do poder’, expressão cunhada por Quijano (2005) para designar a forma de acumulação capitalista exercida pelas economias mais ricas sobre os territórios e nações da periferia e da semiperiferia do capital, estabelecendo um ‘sistema-mundo’ hierarquizado em estamentos fundados no valor da produção capitalista (Wallerstein, 2000).

Nesse cenário de contradição do processo de acumulação de capital e força de trabalho, em um ambiente de acelerado metabolismo social, povos do campo, das águas e das florestas são as principais vítimas, pois seus territórios são cobiçados e expropriados, o que tem pressionado e possibilitado lutas e resistências por melhores condições de vida e emancipação social.

Refletindo sobre a promoção emancipatória da saúde no contexto das populações das florestas, águas e campos, Porto (2019) apresenta um cenário que demonstra a importância histórica dessas populações para o enfrentamento do modelo de desenvolvimento excludente e gerador de injustiças simultaneamente sociais, sanitárias, ambientais e cognitivas. O autor aponta, para além da dimensão demográfica, a relevância política e cultural de indígenas, quilombolas, camponeses e agricultores familiares, entre outras, para a proposta de uma promoção emancipatória da saúde. Trata-se de uma concepção crítica que busca avançar na visão mais clássica de promoção da saúde desenvolvida desde os anos 1970 no Canadá, e posteriormente assimilada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a chamada nova saúde pública. A visão clássica traz importantes contribuições quanto a noções como intersetorialidade, participação social e empoderamento individual e comunitário, porém sua visão acrítica quanto às origens sistêmicas da produção de desigualdades e injustiças reforça posições individualistas como a mudança de estilos de vida. Para embasar teoricamente sua proposta, Porto incorpora várias contribuições da saúde pública, da ecologia política e dos referenciais pós-coloniais, em especial as epistemologias do Sul desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos. A emancipação passa a ser vista em seu conjunto com lutas sociais anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais desenvolvidas nas últimas décadas por vários grupos excluídos do Sul Global, como dos movimentos antirracistas, feministas, indígenas e lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, e mais (LGBTQIA+), dentre outros.

A mobilização coletiva desses povos teve como horizonte a luta contra as formas de colonização expressas na violência e patriarcalismo, alienação do trabalho, racismo e na rapina dos recursos do território. Tal processo de organização e resistência foi essencial, pois sem a terra e a riqueza da floresta é impossível garantir a reprodução social e a emancipação dessas comunidades e povos, com trabalho digno, condições de vida e saúde.

O objetivo do presente artigo é discutir as condições de vida e a promoção emancipatória da saúde com base nas evidências descritivas dos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referenciais sobre a luta pelo acesso à terra no sudeste paraense, protagonizada por migrantes sem terra e articulada junto ao movimento camponês. Com isso, problematizou-se: em que medida o acesso à terra promoveu melhorias nas condições de vida aos migrantes sem terra no sudeste paraense? Trata-se de um grupo social excluído e subalternizado; mas, que se reinventa, mantendo a esperança e reelaborando seu modo

de acessar à terra, produzir e resistir. São os ‘despossuídos da terra’ que se integram a um processo de interculturalidade e hibridismo (Canclini, 1997; Martins, 1997). Ou seja, gente vinda de lugares diferentes, com experiências históricas distintas que se encontram na fronteira amazônica.

Castellano (1997) afirma que as discussões sobre saúde, determinantes e determinação, incorporam a categoria das condições de vida como expressão particular dos procedimentos gerais de reprodução da sociedade. Esta categoria atua como mediadora entre os processos mais amplos que conformam o modo de vida da sociedade como um todo e a situação de saúde de um grupo populacional específico. Este autor argumenta que as condições de vida se expressam em quatro grandes dimensões do processo de reprodução social, a saber: biológica, ecológica, consciência e comportamento, e econômica.

O debate sobre condições de vida e saúde demonstra que a determinação da situação de saúde não é um processo simples, mecânico, com relações claras de efeito, aceitas em modelos epidemiológicos tradicionais. Mas, sim, um processo complexo, dinâmico e mutável de uma realidade para outra, no qual os determinantes atuam como uma rede de interações, e não na forma linear, considerando as contradições, o movimento e a totalidade do território (Suárez Jiménez e Márquez, 1995).

## Bases teórico-metodológicas

O artigo, de natureza qualitativa, foi delineado tendo como procedimentos a leitura e a interpretação textual de narrativas evidenciadas em documentos e relatórios da CPT (dados sobre conflitos e violência no campo no Pará e no Brasil) e registros oficiais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra); textos analíticos escritos por lideranças e agentes de pastoral e relatórios de atividades das lutas camponesas encontrados em jornais e revistas. Ao mesmo tempo que a pesquisa exploratória em fontes secundárias, realizou-se também revisão da literatura em trabalhos produzidos sobre a luta pela terra e sobre os assentamentos do sudeste paraense, dialogando com os temas condições de vida, promoção emancipatória da saúde e estudos pós-coloniais. Como o referido artigo foi encaminhado para a revista após aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz, foram analisadas entrevistas com membros da CPT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizadas no em novembro e início do mês de dezembro de 2019, em Marabá e no Assentamento Palmares II. As entrevistas apresentaram questões semiabertas, indagando a respeito das condições de vida e do acesso à terra de camponeses no sudeste paraense.

A bibliografia sobre assentamentos rurais no Brasil tem evidenciado perspectivas analíticas, que dialogam entre si, destacando três eixos principais: alterações nas condições de vida das famílias e dos indivíduos, que geralmente são positivas no conjunto dos assentamentos rurais no Brasil; territorialização do campesinato, com alterações fundiárias significativas, que embora não represente um processo de desconcentração da terra no Brasil, modificam a distribuição da terra e o acesso a esta , em regiões historicamente marcadas pelo latifúndio, estabelecendo novos padrões na estrutura agrária e; ressignificação de modos de vida, interculturalidade e novas modalidades de sociabilidade, comunicação e relacionamento (Medeiros e Leite, 2004; Fernandes, 1999; Martins, 2003; Piccin, 2012; Pereira, 2015).

Portadores de uma nova temporalidade que se movimenta permanentemente, conforme as dinâmicas territoriais, os assentamentos carregam em seu bojo conflitos e subjetividades diversas que ora convergem e divergem, de acordo com os projetos familiares que os compõem, os Movimentos Sociais que os orientam e de acordo também com o Estado. Desta feita, não se pode constituir uma visão linear e homogênea sobre os assentamentos rurais no Brasil e na Amazônia. Cada espaço construído como território vivido é a expressão de experiências históricas construídas antes, durante e ao longo do processo de luta social pelo acesso à terra, por melhores condições de vida e saúde. Com isso, poder-se-ia entender os assentamentos como espaços em construção, em que estão presentes “as rupturas, as

(des)construções, as (re)construções, diante dos variados projetos presentes no cotidiano das famílias” (Farias, 2005, p. 03).

No sudeste paraense, Amazônia Oriental, fica evidente tais processos, tanto no que tange à territorialização do campesinato, como dos projetos diversos que se constituíram nos assentamentos da região. Estes alteraram a estrutura agrária e fundiária; possibilitaram um processo de territorialização do campesinato, criando uma concentração de assentamentos em áreas de antigos latifúndios improdutivos; e modificaram modos de viver e de socializar, permitindo interações culturais diversas, com alterações evidentes nas condições de vida e saúde de famílias e indivíduos, que se encontravam em condições de pobreza e miséria. No entanto, cada território (assentamento) construiu estratégias diversas, conforme a história de vida das famílias, bem como do movimento que possibilitou a conquista da terra, sob dadas condições políticas, econômicas e culturais.

Tais evidências sobre o campesinato no sudeste do Pará são confirmadas em trabalhos de autores como Esterci (1987), Hébette (2004), Costa (2005), Loureiro e Pinto (2005), Monteiro e Teixeira (2006), Michelotti (2008), Moreno e Guerra (2012), Bringel (2015), Pereira (2015) entre outros, que analisando a dinâmica de territorialização do campesinato na Amazônia, possibilitaram tais compreensões. Desta feita, as análises se vinculam a vertentes socioeconômicas que se materializam em indicadores definidos pelos pesquisadores, bem como em interpretações de significados e representações dos agricultores nos assentamentos.

A diversidade das atividades rurais produtivas nas unidades familiares dos assentamentos do sudeste paraense, tais como o desenvolvimento da agricultura (permanente e temporária), criação de gado de leite e corte, cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais, possibilitou, nos últimos 30 anos, a estabilidade do campesinato na região, permitindo alterações nas condições de vida e maior emancipação nas condições de trabalho e renda (Monteiro e Teixeira, 2006).

A leitura de autores vinculados à matriz teórica pós-colonial pode nos oferecer elementos teóricos e metodológicos para a compreensão das condições de vida e a promoção emancipatória da saúde no meio rural que se materializa com toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e interdisciplinar, estabelecendo com clareza a diferença colonial e intercedendo pelo colonizado. Na sua essência, é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (Ballestrin, 2013).

Melhores condições de vida e saúde para populações do campo se vinculam a processos emancipatórios de luta e resistência coletiva frente ao projeto capitalista que se impõe mediante a colonialidade do poder, o racismo, e a superioridade técnico-científica e epistemológica. Conforme assinala Porto (2019), a definição mais importante para uma perspectiva emancipatória no campo da saúde está relacionada a duas dimensões:

Primeiro, considerar que a promoção da saúde deve incluir lutas anticapitalistas e anticoloniais como centrais para reduzir as desigualdades entre e dentro dos países em um comércio global injusto. Em segundo lugar, questionar o conhecimento científico como universal e superior por meio de novos diálogos mais horizontais e colaborativos com conhecimentos não científicos, como proposto por Santos (2007a) com uma ecologia de saberes (Porto, 2019, p. 157, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Paulo Sabroza foi um dos pioneiros no campo da saúde a relacionar condições de vida e saúde à complexidade migratória e ao modelo de desenvolvimento na Amazônia. Conforme o autor, as mudanças históricas impostas à Amazônia que transformaram seu território tiveram forte impacto nas condições de vida e no processo social saúde-doença (Sabroza, 1985; Sabroza; Leal, 1992). Em nível global, essas mudanças se articulam com o padrão de desenvolvimento do capitalismo e das formas de

colonização e colonialidade do poder, ser e saber, categoria problematizada por autores como Santos (1991, 2007a, 2010), Maldonado-Torres (2010, Quijano (2005) e Mignolo (2017).

A noção de emancipação, abordada por vários autores, entre eles Marx (2009) e Habermas (2012), vinculados ao ideário da modernidade ocidental, é importante nas discussões sobre condições de vida e saúde. Nas obras de Marx, tal categoria se expressa nas discussões sobre alienação e trabalho, apropriação, ideologia e mais-valia. A emancipação, para esse autor, representaria a libertação do trabalho alienado e o controle da produção, elementos essenciais para alterar as condições de vida do operariado. Em Habermas, em suas reflexões sobre a ação comunicativa e interações sociais, a emancipação emerge em um contexto de razão e comunicação, como mecanismos capazes de romper com a dominação e a manipulação constitutivas da modernidade, permitindo aos atores sociais uma práxis comunicativa segundo o mundo da vida, libertando-se das amarras do mundo do sistema que produz alienação.

Porto (2019) assinala que, mais recentemente, os chamados estudos pós-coloniais foram incorporados nas referências como base importante para discutir a proposta de promoção emancipatória da saúde, particularmente o trabalho do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Tais estudos estão influenciando as discussões sobre o significado de emancipação analisado por autores como Marx e Habermas, entre outros, não só nas periferias urbanas, mas também no meio rural.

É importante destacar que especialmente após os anos 2000, surgiu no campo da promoção da saúde na América Latina uma abordagem alternativa e crítica que tem sido associada à emancipação. Alguns autores referem-se a cientistas sociais europeus e filósofos como Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, além de geógrafos críticos, como Milton Santos. Mas, a literatura mais original também aborda autores latinoamericanos, como Paulo Freire e Orlando Fals Borda para aprofundar a noção de promoção emancipatória da saúde, incluindo questões sobre diferenças entre empoderamento e emancipação (Porto, 2019).

A luta contra as iniquidades em saúde deve se colocar no marco da luta contra a ordem social dominante e eurocêntrica, que quer manter sua hegemonia e dominação. Santos (2010) é categórico ao afirmar que:

o capitalismo global, mais que um modo de produção, é um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afetam (Santos, 2010, p. 18).

Tal abordagem de Boaventura de Sousa Santos requer, para o campo dos que atuam contra essa lógica do capital, a conformação de uma práxis que esclareça a indefinição de quem são os dominantes e dominados. “Lutar contra uma dominação cada vez mais polifacetada, significa lutar contra a indefinição de quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios” (Santos, 2010, p. 18). A tarefa central da modernidade seria a de dominar e subalternizar não só territórios e seus recursos, mas outras visões de mundo, culturas, saberes e populações consideradas como ‘atrasadas’, ‘irracional’ e ‘primitiva’, incorporando-as à visão moderna, universal, racional e capitalista (Porto, 2019).

Autores do campo das ciências sociais, especialmente da saúde pública, por vezes ignoram pressupostos históricos do modo de produção e as contradições do território (fluxos locais e globais) que interferem nas condições de vida e saúde, além de referenciar conceitos e percepções, por exemplo, da OMS, que reiteradamente contribuem para hegemonizar conceitos que anunciam e reproduzem a lógica do capitalismo global, como se faz na discussão sobre determinantes e determinação (Arreaza, 2012; Albuquerque e Silva, 2014; Schütz et al., 2014).

A saúde coletiva no Brasil surge no contexto dos governos civil-militares nos anos de 1970, conformando-se como campo de práticas e saberes que questionam o modelo de desenvolvimento que produz pobreza, exclusão e desigualdades sociais (Paim e Almeida Filho, 1998). Tal paradigma se impõe aos países da periferia e da semiperiferia do capitalismo global e que também se funda numa perspectiva pós-colonial, em processos de colonialidade do ser, do poder e do saber, o lado escuro da modernidade ocidental e eurocêntrica, como fora designado por Mignolo (2017).

Nas discussões apontadas por Anibal Quijano sobre a colonialidade do poder e a classificação social, o autor afirma que o primeiro “é um dos elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder”. O autor assim denomina:

a colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferentes identidades, mas nem sempre, nem necessariamente, implica, relações racistas de poder. O colonialismo é mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. (Quijano, 2005, p. 84).

A instalação das modalidades de acumulação capitalista na Amazônia se firmou fundamentada na colonialidade do ser e do saber, subalternizando populações tradicionais da região, ao mesmo tempo em que despreza e inferioriza outras formas de conhecimento da natureza e tradições ancestrais dos povos que aqui vivem. O indígena, o caboclo, o ribeirinho e beiradeiros foram classificados como subumanos e inferiores; assim, incompatíveis com a civilidade da modernidade que se colocou como dominante e indispensável para o progresso local e global (Mignolo, 2017).

Como assinala Porto (2017), estudos nessa linha de investigação possibilitam diálogos entre a matriz analítica da saúde coletiva com outros campos relevantes como a ecologia política, economia ecológica, direito, antropologia e a sociologia numa aproximação entre abordagens transdisciplinares e construtivistas que colocam a promoção da saúde em articulação com lutas emancipatórias por direitos humanos, sociais e territoriais, bem como por outras economias e sociedades mais solidárias, justas e ambientalmente mais sustentáveis. “As contribuições da ecologia política e da economia ecológica nos ajudam a compreender problemas sociais, de saúde e meio ambiente em sua relação com os processos e modelos de desenvolvimento econômico de um território, país ou região” (Porto, 2017, p. 280).

Porto e Milanez (2009) argumentam que:

a economia ecológica tem como seu precursor mais importante o economista Georgescu-Roegen, cujos estudos entre os anos cinquenta e setenta buscaram integrar os processos econômicos e os processos de organização da natureza em seus fluxos de energia e materiais na produção da vida, em especial através das implicações das leis da termodinâmica no funcionamento da economia. Mas foi somente no final dos anos oitenta, quando a crise ambiental passou a fazer parte da agenda pública internacional, que o campo foi oficialmente inaugurado através da criação da *International Society of Ecological Economics*. (p. 1987).

Nos apontamentos apresentados por Mignolo (2017), admite-se que Quijano (2005) deu um novo sentido à categoria histórica colonialismo, essencialmente como foi conceituado durante a Guerra Fria com a ideia de ‘descolonização’ (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia

a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual o colonialismo histórico tem sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (Mignolo, 2017, p. 1).

Corroborando com tal assertiva, Castro-Goméz e Grosfoguel (2007, p. 13) partem do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquia étnica das populações raciais, formada por vários séculos de expansão colonial europeia, não foi significativamente transformada com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia. Os autores sustentam que houve uma transição do colonialismo moderno para o colonialismo global, um processo que com certeza transformou os modos de dominação implantados pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala global. Desta feita, Mignolo (2017) é contundente ao afirmar:

A tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de ‘modernidades globais’ implica ‘colonialidades globais’ no sentido exato de que a Matriz Colonial de Poder é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. Esse é o cenário da transformação de um mundo policêntrico e não capitalista antes de 1500 para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista de 1500 a 2000. (Mignolo, 2017, p. 2).

Nas discussões sobre a *Topologia do Ser*, Maldonado-Torres (2010, p. 77) afirma que a “ideia de que as pessoas não conseguem sobreviver sem as conquistas teóricas ou culturais da Europa é um dos mais importantes princípios da modernidade”, centro de referência das discussões epistemológicas e filosóficas em que se assentam as ideias que justificam a tese de superioridade do conhecimento moderno e, portanto, da colonialidade do ser, poder e saber. O referido autor chama atenção nesse debate para o racismo epistêmico, que, se baseado na “metafísica ou na ontologia, apresenta os mesmos resultados: evitar reconhecer os outros como seres inteiramente humanos” (Maldonado-Torres, 2010, p. 79). Tal questão é discutida por Boaventura de Sousa Santos em suas abordagens sobre pensamento abissal, epistemologias do sul, ecologia dos saberes e tradução intercultural.

Neste sentido, o pensamento abissal é o sustentáculo dos processos de colonização e de colonialidade e atua como processo de legitimação da modernidade e da lógica de expansão do sistema mundo capitalista, legitimando a ciência como pensamento único capaz de distinguir o verdadeiro e o falso. Essa lógica rechaça qualquer outra forma de conhecer e de poder ‘do outro lado da linha’, apenas subjuga e os invisibiliza, como acontece nos territórios de exploração e expropriação de recursos naturais, em vários cantos e recantos do mundo colonizado, na semiperiferia do capitalismo global.

O processo de globalização é uma derivação do padrão de poder mundial, padrão que tem em seu eixo principal a classificação social, que foi difundida através da ideia de raça, usada como uma forma de dominação colonial eurocêntrica (Quijano, 2005, p. 117). Nesse sentido, observando o assentamento

que é objeto de estudo deste artigo, fica evidente que a maioria dos camponeses assentados vincula-se a uma classe social subalternizada e excluída e, ao mesmo tempo, principalmente negra. Foi exatamente essa população que padeceu e sofreu na fronteira amazônica em busca de terra e trabalho, que em condições de vulnerabilidade e risco construíram alternativas de enfrentamento e, concomitantemente, de possibilidades de mudanças nas condições de vida e saúde.

Desse modo, essa lógica de poder e de exclusão produz e reproduz precárias condições de vida e saúde, que atingem sempre o ‘outro lado da linha’, em que estão populações camponesas, povos tradicionais, favelados, entre outras minorias. Territórios que resistem e se reinventam cotidianamente, por meio da solidariedade e da cooperação, no enfrentamento dessa lógica colonial.

O projeto de pesquisa aprovado pelo CEP da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, sob n.19021419.8.0000.5240, em 17 de outubro de 2019.

## Resultados e discussão

A região do sudeste paraense, na Amazônia Oriental, somente começa a ser povoada e explorada por populações não-indígenas no apogeu do ciclo da borracha no final do século XIX e início do século XX, principalmente nas confluências dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Com o colapso da economia gomífera, há um investimento na exploração de castanha e diamante (Velho, 1972; Hébette, 2004).

As migrações que se multiplicaram, desde o início do século XX, via rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas, na direção do sudeste paraense, eram espontâneas e sazonais, realizadas principalmente por nordestinos, comerciantes de regatões, marisqueiras, beiradeiros, ribeirinhos, trabalhadores de áreas de extrativismo (caucho e borracha), castanheiros, pescadores, em sua maioria constituída de negros. Historiadores, missionários e poetas descreveram (Hébette, 2004; Silva, 2006; Emmi, 1987; Velho, 1972) que famílias inteiras saiam de canoas, a remo ou à vela, em longas jornadas por caminhos na floresta, em busca de terras férteis e fartas. Ao se localizarem, depois de longos anos, de convívio, cuidado e solidariedade, constituíam pequenos lugarejos, quilombos e vilas, à beira dos rios, com quase total ausência do Estado.

As terras, geralmente, continuavam livres, sem cercas, sem documentos e de uso comum, sendo que essa gente se constituiu como posseiros na/da fronteira amazônica. As condições de vida e saúde se estabeleciam com base em uma relação de dependência entre sociedade e natureza. Os cuidados e a cura de doenças eram realizados por benzedeiras, parteiras, caciques e xamãs, à base dos conhecimentos tradicionais sobre as ervas e plantas da floresta amazônica, apoiados em contos e mitos, orientados pelas religiões das populações tradicionais.

Tratava-se de um território com “espaços opacos”<sup>7</sup> caracterizado pela dispersão dos habitantes em uma grande área territorial, com baixa densidade técnico-científico, pouco interesse das políticas federais de desenvolvimento econômico” (Viana et al., 2007, p. 119); assim, integrada de forma subordinada à economia nacional e global.

Costa (2005) aponta que a construção da rodovia Belém-Brasília (1960) possibilitou novos fluxos migratórios do sul do país, via Goiás e Minas Gerais, que adentraram a Amazônia pelo sul do Pará e Rondônia. Concomitante a este processo, se intensificaram correntes migratórias do Nordeste que, pelo Maranhão, penetraram pelo nordeste e sudeste do Pará. “Tem-se, assim, nessa fase, o definitivo estabelecimento do momento amazônico do desenvolvimento da fronteira agrícola nacional”, conclui Costa (2005, p. 10).

Milhares de camponeses, pequenos comerciantes e madeireiros se instalaram às margens dos ‘picos’<sup>8</sup> das estradas abertas, criando aglomerações que a seguir constituíram vilas funcionais e municípios (no final dos anos 1980), cujo modo de vida era precário e impunha sofrimento e degradação do humano. Os migrantes de origem camponesa que chegavam de todos os cantos e recantos, animados

com a propaganda governamental – “terras sem homens, para homens sem terra” – e com a notícia da colonização da região da Transamazônica (Hébette, 2004; Velho, 1972; Pereira, 2015).

Neste sentido, a migração para o sudeste paraense, sofrerá mudanças substanciais com início dos anos 1970/80/90. Com a descoberta da potência mineral na Serra dos Carajás e Serra Pelada (então município de Marabá) e os interesses desenvolvimentistas, superpõe-se a frente pioneira e frente de expansão<sup>9</sup>, alterando de forma significativa a conformação do território, seus processos de sociabilidade e, portanto, do espaço usado. “Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, surgem os conflitos pela terra” (Martins, 1991, p. 68).

As transformações que chegaram ao sudeste paraense modificam a lógica de integração, circulação e as condições de vida das pessoas na região, onde o rio, paulatinamente, perdeu seu papel de articulador do fluxo de pessoas e comércio, sendo substituído pelas estradas e ferrovias. Pereira (2015) descreve que os migrantes vinham de vários lugares do país, do centro-sul, mas principalmente da região nordeste.

Esses migrantes eram trabalhadores rurais empobrecidos, fazendeiros, diversos empresários e comerciantes que chegavam por meio das rodovias que acabavam de ser construídas, como a TO-336 e a PA-447. Essas são estradas que ligam a rodovia Belém-Brasília à Conceição do Araguaia; a PA-70 (hoje BR-222), que interliga a Belém-Brasília à cidade de Marabá, era também recém construída, assim como a Transamazônica, entre o estado da Paraíba e do Amazonas, passando pela cidade de Marabá. Já a PA-150, entre Conceição do Araguaia e Belém, passando também por Marabá, estava em construção. (Pereira, 2015, p. 14).

Desta feita, a estratégia do governo civil-militar ancorou-se na matriz ‘integrar para não entregar’ e para tanto estimulou a vinda de milhares de migrantes, principalmente, de nordestinos que vieram em busca de terra para nela trabalhar. Projetos de infraestrutura foram implementados na região, bem como o plano de colonização agrícola oficial e a política de incentivos fiscais para financiar empreendimentos agropastoris e de exploração madeireira. Pereira, analisando esse processo, descreve que:

se por um lado, o governo estimulou o deslocamento de trabalhadores rurais empobrecidos para as novas áreas de colonização, ao longo das rodovias federais (...) de outro concedeu grandes extensões de terras e dinheiro farto a grupos econômicos para a instalação de suas fazendas na Amazônia (Pereira, 2015, p. 75).

Destarte, seguindo a lógica da colonização brasileira, baseada no latifúndio, no patriarcado e no racismo, as terras no sudeste do Pará foram apropriadas por empresas rurais, bancos e fazendeiros que, com o incentivo do Estado, ignoraram a lógica de organização do território adotada por longos anos pelas comunidades tradicionais da região (povos indígenas, beiradeiros, quilombos e mais) e pelos posseiros<sup>10</sup> que se acomodaram nas terras livres da região, criando um clima de conflito e violência pela posse da terra.

A garantia de acesso à terra para negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores e trabalhadoras rurais foi consequência de luta, marcada por conflitos, violência e massacres. Dados da CPT dão conta que dos 49 massacres de trabalhadores rurais no Brasil, entre 1985 e 2019, 28 (63,63%) estão localizados no Pará. Desse total, 22 (42,55%) ocorreram em áreas do sul e sudeste do Pará. Registrhou-se que, de 229 pessoas assassinadas em massacres, 131 (57,20%) se encontravam no Pará, e 108 delas (47,16%) também são mortes ocorridas no sul e sudeste do estado (Guimarães Neto e Pereira, 2019).

A violência se confirma quando analisamos os dados sobre trabalho escravo, conforme problematizam Guimarães Neto e Pereira (2019). Os autores destacam que, segundo a CPT, 54.798 trabalhadores foram resgatados em situação de trabalho escravo nos anos compreendidos entre 1995 e 2018. Deste total, 13.517 trabalhadores (24,67%) foram resgatados apenas no Estado do Pará, sendo que cerca de 70% dos trabalhadores resgatados encontravam-se em fazendas situadas em áreas do sul e sudeste do estado (Comissão Pastoral da Terra, 2019).

Conforme descrevem relatórios da CPT<sup>11</sup>, os primeiros conflitos registrados pela Pastoral, indicam que estes ocorreram em função da ação imposta pelo Estado na distribuição de terras, desde os anos 1970, que não respeitou e nem garantiu os territórios indígenas e nem as terras dos posseiros, negros e quilombolas que ali viviam. Pereira (2015) indica que os conflitos eram os mais variados, resultantes da privatização das terras nas mãos de empresas agropecuárias, bancos, fazendeiros e comerciantes. Em pouco tempo se formou uma massa de camponeses sem terra (migrantes recém-chegados), posseiros (de migração antiga – desde o final do século XIX, até meados do século XX), quilombolas, negros e povos indígenas.

O diagnóstico apresentado pela CPT em 2012 sobre os conflitos e a violência no campo na região do sul e sudeste do Pará dá conta de que:

[...] no sul e sudeste do Pará (em 2012), existiam cerca de 130 fazendas ocupadas por, aproximadamente, 25 mil famílias de trabalhadores rurais sem terras, abrangendo uma área superior a um milhão de hectares. Estas famílias esperam, desde meado dos anos de 1990, para serem assentadas em lotes da reforma agrária. Nos últimos anos, milhares de migrantes continuam chegando à região em busca de trabalho e de melhores condições de vida, atraídos pelas propagandas governamentais e do setor de mineração. Na medida em que não conseguem, no seu conjunto, serem absorvidos pelo mercado de trabalho, estes são ‘empurrados’ para novas ocupações urbanas ou rurais, submetidos a situações de grande exclusão e violência. Assim, na medida em que os conflitos socioambientais ou pela terra persistirem, a tendência é a continuidade da violência contra os trabalhadores rurais. (Comissão Pastoral da Terra, 2012, p. 14).

As condições de vida e saúde dessa massa de camponeses sem terra, com medo e sofrimento, se deterioraram, pois não se tinha nenhuma garantia de direitos básicos fundamentais (educação, saúde, transporte, moradia, alimentação etc.). A terra, que era a única possibilidade de dignidade e justiça, fora concentrada nas mãos de poucos e grandes empreendimentos rurais, bancários e madeireiros; a cerca, o latifúndio e a violência se impuseram. Essa situação, de grave injustiça social, exclusão e colonização do ser e do poder, colocou em questão a reprodução social dos camponeses, levando-os para a luta e a resistência pelo acesso à terra.

Moreno e Guerra (2012) e Pereira (2015) analisando a luta pela terra no sudeste paraense indicam que parte dos migrantes, despossuídos dos meios de produção (terra), com baixa qualificação se tornou mão de obra barata para fazendeiros, ou donos de grandes áreas de castanhais ainda no final do século XX, fase de migração intensa. Quando chegaram à região tinham sonho de se tornarem proprietários de terras, e saírem da condição de subalternidade, o que não ocorreu em função da lógica de dominação e colonialidade.

No sudeste paraense, a massa camponesa é oriunda de povos migrantes, especialmente nordestinos do Maranhão, Piauí e Ceará e de outros estados com menor expressão, que se arriscaram na fronteira amazônica em busca de um lugar e de terra para se reproduzir. Em sua maioria é gente de origem

negra, ex-agriculturores que trabalhavam como meeiros, peões de fazendas, bóias-frias, geralmente em condições de super-exploração e em condições análogas à escravidão nos lugares de onde vieram. Foram atraídos à Amazônia em busca de riqueza nos garimpos e de terras fartas oferecidas pelo governo civil-militar, desde os anos de 1970.

Desse modo, em contexto de subordinação e vítimas da lógica do capital, povos migrantes diversos se juntam em movimentos sociais camponeses, como MST que apregoa emancipação e melhores condições de vida e saúde, por meio do acesso à terra e trabalho digno.

Conforme assinalam Moreno e Guerra (2012) e Pereira (2015), essas são razões que favorecem o surgimento do MST no sudeste paraense, onde havia grande contingente populacional de migrante de todas as regiões do Brasil que estava em busca do sonho da emancipação social e melhores condições de vida. Eram garimpeiros que vieram para Serra Pelada em busca de ouro, boias-frias e desempregados que vieram em busca de trabalho e terra

Desta maneira, mesmo considerando toda essa forma de subalternização do campesinato de fronteira, a resistência e a luta garantiram muitas conquistas e alteraram as condições de vida e saúde. No sudeste paraense, latifúndios improdutivos foram ocupados e milhões de hectares de terras foram distribuídos e acomodaram migrantes sem terra que na região chegaram. Com isso, considera-se que a atuação dos movimentos sociais camponeses na Amazônia foi e ainda é fundamental para a resistência aos processos predatórios que degradam o humano, criando possibilidades de vida digna e reprodução social. Os dados do INCRA confirmam que a luta pelo acesso à terra garantiu terra e trabalho para milhares de camponeses. Conforme os dados do quadro abaixo, foram distribuídos mais de quatro milhões de hectares de terra para 503 assentamentos que beneficiaram mais de 70 mil famílias e uma média de mais de 400 mil camponeses. Estudos de Pereira (2015) e documentos da CPT e dos movimentos sociais camponeses dão conta de que a grande maioria dos assentamentos foram formalizados e oficializados depois de um processo de luta e conquista dos camponeses migrantes sem terra ou posseiros da região.

**Quadro 1 – Criação de projetos de assentamentos coordenados pela Superintendência do INCRA sul do Pará-SR (27) dos anos de 1987-2015.**

Ano de criação	Nº de Projetos criados	Famílias beneficiadas	Área desapropriada (ha)
1987	06	3.671	262.075,2
1988	18	4.129	285.717,7
1989	02	407	25.885,5
1990	01	410	15.755,8
1991	08	3.619	519.563,4
1992	10	3.126	343.724,8
1993	06	881	54.404,0
1994	01	1.214	81.000,0
1995	12	1.960	123.603,2
1996	23	5.100	252.307,3
1997	32	6.075	469.591,8
1998	56	8.852	484.655,0
1999	93	9.777	455.881,6
2000	17	653	87.286,1
2001	36	261	133.293,0
2002	17	1.235	61.256,7
2003 a 2015	165	20.103	978.951,4
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>71.473</b>	<b>4.634.952,5</b>

Fonte: Superintendência Regional (SR) 27 do INCRA sul do Pará.

Analisando os dados, verifica-se que há evidências de que o período que marca o surgimento e fortalecimento do movimento social camponês no sudeste paraense em meados dos anos 1980, demarca as conquistas e o acesso à terra na região da SR (27) do INCRA, que engloba 39 municípios

do sudeste paraense. O primeiro período, que se inicia no cerne da decadência do regime ditatorial (1985), é resultado do acúmulo das lutas espontâneas dos posseiros desde os anos 1970. No segundo período, dos anos 1990 até o início dos anos 2000, representa o apogeu da luta camponesa e a conquista da terra, concomitante ao tempo de maior repressão e violência contra o campesinato no sudeste paraense. No terceiro período, do início dos anos 2000 até o presente, verifica-se um descenso das lutas e a conformação das áreas ocupadas no período anterior, que, no entanto, não foi acompanhado da diminuição da violência e dos conflitos, sendo o mais emblemático, o ‘massacre de Pau D’Arco’, ocorrido na fazenda Santa Lúcia, em fevereiro de 2019, que ceifou a vida de 10 trabalhadores e trabalhadoras sem terra, com indícios de participação de agentes do Estado (policiais civis e militares). Em todos esses períodos, o massacre de Eldorado do Carajás é a maior expressão da barbárie da luta pela terra no sudeste paraense.

Michelotti e outros (2007), ao analisarem a questão agrária no chamado Território da Cidadania do sudeste paraense, conformação dada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que se diferencia da concepção de mesorregião, estabelecida pelo estado paraense, afirmam que a criação de assentamentos não seguiu uma proposta de planejamento, tendo sido uma resposta governamental à pressão social exercida por meio da luta pelo acesso à terra. Portanto, considerando os sete municípios que compõem o território em questão (Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São Domingos, São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Parauapebas), a luta pela terra trouxe resultados importantes para os camponeses, como a criação, entre 1987 e 2007, de 169 projetos de assentamento, representando 1.205.254,0 ha ou 32,4% da superfície total. Nas discussões de Michelotti (2007), o autor atribui tal processo à territorialização da luta pela terra, corroborando com a afirmação de Fernandes (1999, p. 241) que em que “a conquista do assentamento, como fração do território, é um trunfo dos movimentos sociais camponeses na luta pela terra” e um trunfo na luta pela construção do próprio território.

Neste sentido, a atuação e organização do movimento social camponês no sudeste do Pará não apenas possibilitaram o enfrentamento do latifúndio, mas significaram alterações reais nas condições de vida e saúde, por meio de terra e trabalho, contra a acumulação do capital, desta feita sob a égide da colonialidade do poder, ser e saber. Tal contexto, de lutas sociais marcadas pelas experiências coletivas, expressa um processo de emancipação e libertação dos despossuídos da terra.

## Considerações finais

Abordagens sobre saúde coletiva em áreas de atuação de movimentos sociais camponeses como MST e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) são bem abrangentes no Brasil e envolvem autores que relacionam tal questão com a agroecologia, o metabolismo social e as condições de vida. Tais questões não são problematizadas com estudos mais sistemáticos na região amazônica, espaço de expansão e especialização do capital, produto de alterações recentes no metabolismo social que acelera as transformações na natureza, as desigualdades sociais e as condições de vida e saúde.

No Brasil, prevaleceu ao longo da história a desigualdade no acesso à terra, produto direto do processo de colonização. Carvalho (2004) destaca que a colonização foi marcada por quatro características fundamentais: latifúndio, escravidão, patriarcalismo e patrimonialismo. Os interesses da coroa portuguesa sempre estiveram vinculados à exploração de matéria-prima (recursos da floresta) e produção para o mercado europeu (açúcar, tabaco etc.). Grandes extensões de terra (latifúndios) foram destinadas e expropriadas, desde o período colonial, por grandes proprietários de monoculturas e fazendas, sendo símbolo de poder. Escravos, ex-escravos ou homens livres de classes subalternas tiveram dificuldades de acesso e posse da terra. Em tempos de agronegócio e de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, a lógica colonial e colonizadora se alterou apenas nos métodos de colonialidade do ser e do poder.

As ações coletivas do MST e dos STRs surgem nesse contexto de luta pela distribuição mais justa da terra, no início dos anos 1980, em meio a um regime ditatorial, e se consolida no território brasileiro como um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, caracterizando-se como um movimento camponês popular que almeja a construção da reforma agrária para atender milhões de trabalhadores sem terra, propiciando melhores condições de vida e saúde. Seu lema é: ‘ocupar, produzir e resistir’ e sua metodologia de organização se fundamenta no trabalho de base, que pressupõe reunir homens e mulheres que se encontram em situação de exclusão social, política, econômica e cultural (Fernandes, 2000).

Os assentamentos da reforma agrária no Pará surgiram como produto da luta social das famílias de posseiros e sem terra, organizadas pelo movimento sindical e pelo MST. O conflito social, a violência e o drama das famílias marcam os espaços em disputa, gerando territórios, nos quais se estabelecem novas relações sociais, como o trabalho familiar, cooperativismo, solidariedade e a democratização apoiadas na distribuição da posse da terra. Com base nessas novas relações sociais, famílias assentadas desenvolvem novos padrões de sociabilidades e produção, alterando as condições de vida e saúde por meio de um processo emancipatório, desenvolvendo práticas e saberes coletivos baseados no cuidado e no respeito aos sujeitos sociais envolvidos.

Trabalhos publicados por Martins (2003), Monteiro e Teixeira (2006), Michelotti (2008), Souza (2010), Moreno e Guerra (2012), Bringel (2015), Pereira (2015), Brito Filho (2016), entre outros, dão conta da importância histórica da luta pela terra no sudeste paraense como lugar de resistência, luta e enfretamento da lógica e contradições do capital na fronteira amazônica. No bojo das discussões realizadas pelos referidos autores, há uma produção teórica e contextual que problematiza a importância histórica do campesinato na região, bem como a forma pela qual o capital ali se acomodou, tendo como substrato e lógica dirigente a implementação do Programa Grande Carajás. Os autores buscaram compreender, portanto, a região como território em disputa, e apresentaram as variadas formas de enfrentamento e resistência dos campões na região, bem como suas trajetórias econômicas, vida social e o drama das famílias que se colocaram em marcha nesse projeto de transformação.

Desta feita, o acesso à terra e ao trabalho no meio rural, por meio da constituição de assentamentos que promoveram a emancipação e proporcionaram melhores condições de vida e saúde, em um contexto de degradação do humano. Como diria José de Souza Martins, ratificado por Rosemeire Scopinho, os assentamentos rurais podem ser considerados como uma expressão da luta social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pela melhoria das condições de trabalho, vida e saúde; lugares de múltiplas e diversas relações sociais e trocas de saberes, que podem contribuir para solucionar o problema do desemprego e da miséria que os afetam, principalmente em regiões de fronteira como a Amazônia (Martins, 2003; Scopinho, 2010).

## Notas

<sup>1</sup> Paim e Almeida Filho (1998) enfatizam que a ‘saúde coletiva’ é um campo do conhecimento que contribui para o estudo do fenômeno saúde-doença em populações enquanto processo social; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde (processo de trabalho) na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender, enfim, as formas pelas quais a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, buscando sua explicação e organizando-se para enfrentá-los.

<sup>2</sup> O campo da determinação social do processo saúde-doença se afirma por uma crítica ao modo de produção capitalista liberal, que transforma utilidades em valores de troca e mercadorias, produzindo iniquidades que deterioram as condições de vida e da saúde coletiva, enquanto que a discussão dos determinantes sociais em saúde busca compreender os processos de governança e políticas de governo, que atuam para minimizar os impactos e as consequências do modelo de organização da produção e do trabalho (Breilh, 2006).

<sup>3</sup> A existência do camponês é verificada nas mais variadas formas de organização social, como a escravocrata, feudal, socialista e capitalista. A referência para delimitar o conceito tem sido a base familiar, que, ao longo da história de luta pelo acesso à terra, tem se mantido como fundamento da organização da vida camponesa e de sua reprodução social (Fernandes, 2004).

<sup>4</sup> Três abordagens geográficas sobre a região do sudeste paraense. Uma sustentada pelo IBGE que divide o estado do Pará em seis mesorregiões, que por sua vez abrangiam 22 microrregiões, segundo o quadro vigente entre 1989 e 2017. A outra concepção vem do governo que divide o estado paraense em 12 regiões de integração, sendo o sudeste do Pará está pertence a região de integração do Carajás. Por fim, a definida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) nos anos de 2004-2008, denominada de território da cidadania da região sudeste, abrange 14 municípios, alguns de potencial mineral, a saber: Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

<sup>5</sup> Refere-se ao processo intensivo de exploração e expropriação dos recursos naturais, desta feita reorganizada mediante as reformas de ajuste fiscal e reestrutura produtiva da economia neoliberal, com alto padrão de intervenção tecnológica, da terra e de seus nutrientes, e da água via também monoculturas do agronegócio (Castro, 2017).

<sup>6</sup> First, to consider that health promotion must include anti-capitalist and anti-colonial struggles as central to reducing inequalities between and within countries in a global unfair trade. Secondly, to question scientific knowledge as universal and superior by means of new, more horizontal and collaborative dialogues with nonscientific knowledges, as proposed by Santos (2007) with an ecology of knowledges.

<sup>7</sup> Termo empregado por (Viana et al., 2007) para caracterizar situações geográficas no campo da saúde.

<sup>8</sup> São denominados picos as primeiras aberturas na floresta para a construção de uma estrada, cortando ou não antigos caminhos usados por famílias de migrantes. Geralmente é um processo que produz muito sofrimento e desafios impostos pela mata e seus mistérios. As famílias de migrantes camponeses que se instalaram às margens dos picos – no processo de abertura das estradas – viviam em condições precárias de moradia e dignidade, sendo acometidas por agravos decorrentes de animais peçonhentos e malária.

<sup>9</sup> Pereira (2015) refletindo sobre as análises de José de Souza Martins, o qual considera que os conflitos e a violência no sudeste paraense têm origem no processo de superposição da *frente pioneira* sobre a *frente de expansão*, como um movimento essencialmente empresarial e capitalista de ocupação do território – a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado etc., (*a frente pioneira*) – passou a expulsar e expropriar os camponeses ocupantes de terras devolutas – os posseiros (*a frente de expansão*) – que viviam de uma economia de base familiar e sem nenhum documento que legitimasse a sua posse da terra. Cansados de migrar e de serem expulsos resolveram resistir. Aí estava, segundo ele, a origem dos conflitos pela terra.

<sup>10</sup> Autores como Esterci (1987); Martins (1997) e Pereira (2015) descrevem posseiros como camponeses migrantes de diversas regiões do país, principalmente do Nordeste, que haviam ocupado, há muito tempo, as terras devolutas na Amazônia, sem nenhuma documentação que garantisse a propriedade de suas terras, sobreviviam do extrativismo e de lavouras de subsistência (arroz, feijão, fava, mandioca, milho etc.). Pereira afirma que vários pesquisadores, sobretudo Martins, descrevem posseiros como ocupantes de terras devolutas que viviam nas terras sem nenhum tipo de documento que legitimasse que aquelas terras fossem deles. Ou seja, os conflitos são em razão da *reação* dos trabalhadores à *ação* às vezes violenta de fazendeiros, empresários etc. sobre as terras dos trabalhadores. O caso da *superposição da frente pioneira* sobre a *frente de expansão*, de Martins. Contudo, Pereira (2008) aponta que posseiros são também trabalhadores rurais que ocupam terras tituladas e/ou griladas. Nesse caso, os conflitos são em razão da *ação* dos trabalhadores ocupando as terras improdutivas e *reação* dos fazendeiros, empresários.

<sup>11</sup> Segundo as informações registradas pela CPT, desde a segunda metade da década de 1970, milhares de famílias de trabalhadores rurais tem sofrido algum tipo de violência por parte das empresas e proprietários rurais, muitas vezes com permissão ou participação de diversos órgãos públicos, caracterizadas em inúmeras ações de despejos, prisões, torturas, ameaças de morte e assassinatos. Só no Estado do Pará, entre 1996 e 2010, segundo os dados da CPT, 799 trabalhadores rurais foram presos, 809 foram ameaçados de morte e 231 assassinados. Nesse mesmo período, um total de 31.519 famílias foram despejadas ou expulsas de 459 áreas que reivindicavam para assentamentos da reforma agrária (Comissão Pastoral da Terra, 2012).

## Informações do artigo

### Contribuição dos autores

Ambos os autores contribuíram igualmente para a execução do estudo.

### Financiamento

Não há.

### Conflito de interesses

Não há.

### Aspectos éticos

Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz, sob n.19021419.8.0000.5240, em 17 de outubro de 2019.

### Apresentação prévia

Resultado de tese de doutorado de autoria de Pinto J.N.A., intitulada “Acesso à Terra, Condições de Vida e Saúde no Meio Rural Amazônico: estudo de caso no assentamento Palmares II”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, em julho de 2020.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Guilherme S. C.; SILVA, Marcelo J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out./dez. 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140082.
- ARREAZA, Antonio L. V. Epidemiologia crítica: por uma práxis teórica do saber agir. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 1.001-1.013, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000400022.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.11, p. 89-117, maio/ago. 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004.
- BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- BRINGEL, Fabiano O. *Fronteiras agrárias intermitentes e processo de territorialização do campesinato na Amazônia: uma análise comparativa de projetos de assentamentos no sudeste e sudoeste do Pará*. 2015. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16974>>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- BRITO-FILHO, Glauco. *Consequências ambientais e na saúde no processo de disputa de modelos agrícolas: o caso do Assentamento Palmares II- Se do Pará*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CARVALHO, José M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio O. (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 21-33.
- CASTELLANO, Pedro L. Epidemiologia, saúde pública, situações de saúde e condições de vida: considerações Conceituais. In: BARATA, Rita. B. (org.). *Condições de vida e situações de saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997, p. 31-75.

CASTRO, Maria R. (org.). *Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências*. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon. Prólogo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon (coord.). *El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 9-24.

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000100014.

COSTA, Francisco A. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 53, n. 19, 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000100009.

COUTO, Rosa C. S. Saúde e projetos desenvolvimento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 205-216, dez. 1999.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARIAS, Marisa F. L. As representações sociais em assentamentos de reforma agrária: algumas reflexões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Minas Gerais. *Anais [...]*. Minas Gerais, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. *A delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/220579704/Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernardo-Mancano>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil*. Setor de Documentação, 1996-2010.

GOIÂNIA. Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2018*. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

GUIMARÃES NETO, Regina B.; PEREIRA, Airton R. História e acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v.12, n.1, jan./jul. 2019.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Volume I).

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (1971-2011)*. Belém: EDUFPA, 2004 (Volume I).

LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 54, p. 77-98, 2005. Dossiê Amazônia Brasileira II.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESSES, Maria P. (org.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 396-443.

MARTINS, José S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José S. (org.). *Travessia: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sergio (org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MICHELOTTI, Fernando et al. O Agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais* [...] Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela terra e assentamentos no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Campina Grande - PB. *Anais* [...] Campina Grande, PB, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017.

MONTEIRO, Mauricio A.; TEIXEIRA, Sheila S. L. Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no Sudeste do Estado do Pará, Brasil. *Raízes*, Campina Grande, v. 25, n. S1-S2, p. 48-54, jan./dez. 2006.

MORENO, Gláucia S.; GUERRA, Gutemberg A. D. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 79-99, jul./dez. 2012.

PAIM, Jairnilson S. e ALMEIDA FILHO, Naomar. Saúde Coletiva: uma nova saúde pública ou Campo aberto a novos paradigmas? *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998. DOI: 10.1590/S0034-89101998000400001.

PARÁ. Comissão Pastoral Da Terra. *Diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do Sul e Sudeste do Pará*. Centro de Documentação da CPT, 2012.

PEREIRA, Airton R. A igreja católica, o sindicato dos trabalhadores rurais e o

estado: mediação e conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP*, Campinas, v. 2, n. 2, set. 2008, p. 99-136.

PEREIRA, Airton R. *Do posseiro ao sem terra: a luta pela terra no Sudeste do Pará*. Recife: Ed. UFPE, 2015.

PICCIN, Marcos B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 115-141, abr. 2012.

PORTO, Marcelo F. S.; MILANEZ, Bruno M. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1.983-1.994, dez. 2009.

PORTO, Marcelo F. S. Crise ecológica, capitalismo e metabolismo social: reflexões para a transição civilizatória e paradigmática. *Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura*, Jundiaí, v. 20, abr. 2017.

PORTO, Marcelo F. S. Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. *Health Promotion International*, Oxford, v. 34, i56-i64, 2019. Supl. 1. DOI: 10.1093/heapro/day086.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-129. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura S.; MENEZES, Maria P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-118.

SABROZA, Paulo C.; LEAL, Maria C. Saúde, ambiente e desenvolvimento: alguns conceitos fundamentais. In: LEAL, Maria C. et al. (org.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. p. 45-93.

SANTOS, Boaventura S. Subjetividade, emancipação e cidadania. *Revista Crítica em Ciências Sociais*, Coimbra, n. 32, p.135-191, jun. 1991.

SANTOS, Boaventura S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-72.

SANTOS, Valdeci M. *A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira.* 2011. 341f. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

SCHÜTZ, Gabriel E. et al. Sobre determinação socioecológica da saúde da ruralidade em Humaitá, AM, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4.051-4.060, 2014.

SCOPINHO, Rosemeire A. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1.575-1.584, 2010. Supl. 1. DOI: 10.1590/S1413-81232010000700069.

SILVA, Idelma S. *Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988).* 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2006.

SOUZA, Haroldo. *A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA.* 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e desenvolvimento) - Programa de Pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SUÁREZ JIMÉNEZ, Julio; MÁRQUEZ, Miguel A. *Los proyectos locales de promoción de la salud: nuevos escenarios para el desarrollo de la salud pública.* Cuba: Desarrollo de La Representación OPS/OMS, n. 19, 1995.

VELHO, Otávio G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

VIANA, Ana L. D. et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, S117-S131, 2007. Suplemento 2. DOI: 10.1590/S0102-311X2007001400002.

VIANA, Rosana L.; FREITAS, Carlos M.; GIATTI, Leandro L. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 1, jan./mar. 2016. DOI: 10.1590/S0104-12902016140843.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the age of transition? a long-term view of the trajectory of the world-system. *International Sociology*, v. 15, p. 249-265, 2000.